

HABEAS CORPUS Nº 570.259 - PA (2020/0078798-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : MARCELO BRASIL CAMPOS E OUTROS
ADVOGADOS : MARCELO BRASIL CAMPOS - PA022245
ALINE CRISTINA LOBO DE SOUSA - PA022478
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
PACIENTE : RONIELE TEIXEIRA DE MOURA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

EMENTA

HABEAS CORPUS. TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. REVOGAÇÃO. PLEITO AO TRIBUNAL A QUO INDEFERIDO LIMINARMENTE PELO DESEMBARGADOR RELATOR. INVIÁVEL A ANÁLISE DAS MATÉRIAS, EM RAZÃO DO NÃO EXAURIMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. WRIT LIMINARMENTE INDEFERIDO.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de RONIELE TEIXEIRA DE MOURA contra decisão proferida pelo Desembargador Relator do Tribunal de Justiça do Estado do Pará proferida no HC n.º 0802821-79.2020.814.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante no dia 09/02/2020, com conversão em prisão preventiva, e, posteriormente, denunciado pela suposta prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006, em razão da apreensão, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, de "921 (novecentos e vinte e um) tabletes da substância popularmente conhecida como *Maconha*" (fl. 20).

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem. O Desembargador Relator do feito não conheceu do remédio heróico em razão da ausência de "[...] *não ter sido juntado aos autos o decisum proferido pela autoridade inquinada coatora no qual teria sido decretada a prisão preventiva do coacto, documento necessário e indispensável à apreciação da ordem pretendida*" (fl. 45).

Neste *writ*, a Defesa sustenta ausência de fundamentação do decreto prisional.

Aduz, ainda, que o Paciente "[...] *exerce profissão formal de motorista há*

muito tempo e que os citados indivíduos tinham conhecimento dos lugares por onde o mesmo transitava, pois o procuraram, por três vezes, aproveitando-se de sua profissão para ameaçá-lo com o fim de que fosse realizado o transporte das substâncias ilícitas" (fl. 10).

Por fim, afirma que *"Nobre Julgador, verifica-se a possibilidade, ainda que sumária, de se reconhecer o tráfico privilegiado, o que poderia, ao final do processo, em uma eventual condenação, determinar a liberdade da paciente"* (fl. 12).

Requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, ou, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas.

É o relatório. Decido.

Na espécie, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte *a quo*, o qual não foi conhecido pelo Desembargador Relator. A decisão foi vazada nos seguintes termos, *in verbis* (fls. 45-46; sem grifos no original):

"Após acurada análise dos autos, e em que pese os fundamentos suscitados nas razões da presente ordem, verifica-se que a pretensão da impetrante quanto ao pedido de revogação da custódia cautelar do paciente não merece ser conhecido, em razão de não ter sido juntado aos autos o decisum proferido pela autoridade inquinada coatora no qual teria sido decretada a prisão preventiva do coacto, documento necessário e indispensável à apreciação da ordem pretendida.

Destarte, observa-se que a deficiência da instrução do presente Habeas Corpus impede a correta compreensão da controvérsia, sendo pacífico na jurisprudência pátria que a instrução dos autos é ônus do impetrante, sob pena de não conhecimento do Habeas Corpus em relação a tal aspecto, em razão da ausência de prova pré-constituída sobre a matéria.

Ademais, quanto ao argumento de que o paciente somente praticou o crime pelo qual vem sendo processado em virtude de ter sofrido coação moral irresistível, vê-se tratar-se de matéria que requer o profundo revolvimento do conjunto fático probatório, inviável na estreita via do mandamus.

Pelo exposto, não conheço o presente Habeas Corpus, determinando, por consequência, o seu arquivamento."

Nos termos do art. 105, inciso I, alínea c, da Constituição da República, constato a incompetência desta Corte Superior para o processamento e julgamento da controvérsia, já que o *habeas corpus* foi impetrado contra decisão monocrática, sem a apreciação das questões pelo Tribunal estadual, sujeito à jurisdição do Superior Tribunal

de Justiça.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. INEXISTÊNCIA. WRIT IMPETRADO ANTE DECISÃO DO RELATOR QUE NÃO CONHECEU DO RECURSO INTERPOSTO NA ORIGEM. FALTA DE INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO REGIMENTAL. NÃO ESGOTAMENTO DA INSTÂNCIA ANTECEDENTE. INCOMPETÊNCIA DO STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Não constitui ofensa ao princípio da colegialidade a análise monocrática do habeas corpus pelo relator quando a decisão monocrática for proferida com base na jurisprudência dominante deste Superior Tribunal. Precedentes.

2. A jurisprudência desta Corte é firme na compreensão de que não tem cabimento o habeas corpus para desafiar decisão singular de Desembargador relator que não conheceu do recurso interposto perante o Tribunal a quo (precedentes).

3. A provocação da jurisdição desta Corte Superior exige o prévio exaurimento da instância antecedente. Se a defesa não interpôs agravo regimental com o fim de submeter a decisão singular à apreciação do órgão colegiado competente, não se inaugurou a competência deste Tribunal Superior (precedentes).

4. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no HC 423.705/RS, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 05/04/2018; sem grifo no original)

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. DECISÃO MONOCRÁTICA DE RELATOR DO TRIBUNAL A QUO. AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO REGIMENTAL. NÃO ESGOTAMENTO DA INSTÂNCIA ANTECEDENTE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A provocação da jurisdição de Corte Superior exige o prévio exaurimento da instância antecedente, de modo que correta a decisão que negou conhecimento ao habeas corpus que ataca decisão monocrática de relator, não impugnada por recurso cabível.

2. Caberia à defesa a interposição de agravo regimental, de modo a submeter a decisão singular à apreciação pelo órgão colegiado competente e não inaugurar, per saltum, a via recursal no Tribunal Superior.

3. Agravo regimental improvido." (AgRg no HC 386.256/PE, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 19/09/2017, DJe 27/09/2017.)

Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora